

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	348.047	9.872
Contas a receber de clientes e outros	6	385.499	345.981
Títulos e valores mobiliários	5	2.466	189.463
Instrumentos financeiros derivativos	12	86.449	8.756
Impostos e contribuições a recuperar	7	41.920	59.552
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	16.885	-
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	3.898	927
Serviços em curso		2.352	2.130
Outros ativos circulantes		21.249	14.705
Total do circulante		908.765	631.386
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	156.132	154.173
Títulos e valores mobiliários	5	-	14.073
Impostos e contribuições a recuperar	7	26.691	20.905
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	15.847	-
Impostos e contribuições diferidos	9	37.011	68.407
Depósitos judiciais	16	18.068	16.831
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	10.210	11.710
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	821.864	624.881
Instrumentos financeiros derivativos	12	8.140	79.175
Outros ativos não circulantes		941	941
Intangível	10.2	861.824	781.386
Total do não circulante		1.956.728	1.772.482
Ativo total		2.865.493	2.403.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	242.471	194.324
Empréstimos e financiamentos	12	367.626	245.837
Debêntures	12	110.182	3.489
Instrumentos financeiros derivativos	12	1.128	2.618
Salários e encargos a pagar	13	29.529	12.688
Encargos setoriais	14	25.707	38.065
Impostos e contribuições a recolher	15	61.811	81.384
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	1.494	15.672
Provisões	16	8.488	8.125
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	8	-	54.142
Outros passivos circulantes	17	51.443	48.499
Total do circulante		899.879	704.843
Não circulante			
Fornecedores	11	17.544	15.966
Empréstimos e financiamentos	12	447.301	671.569
Debêntures	12	585.726	99.912
Instrumentos financeiros derivativos	12	13.063	13.052
Encargos setoriais	14	13.989	-
Impostos e contribuições a recolher		48	55
Provisões	16	29.981	35.433
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	1.177	-
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	8	-	15.893
Outros passivos não circulantes	17	4.347	2.002
Total do não circulante		1.113.176	853.882
Patrimônio líquido	18		
Capital social		542.339	179.787
Reservas de capital		184.338	266.766
Reservas de lucros		68.735	330.523
Outros resultados abrangentes		(3.505)	3.866
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		60.531	64.201
Total patrimônio líquido		852.438	845.143
Passivo e patrimônio líquido total		2.865.493	2.403.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
			Reclassificado
Receita líquida	19	2.160.031	1.794.204
Custo do serviço		(1.751.744)	(1.395.979)
Custos com energia elétrica	20.1	(1.227.477)	(977.491)
Custos de operação	20.2	(233.870)	(190.993)
Custos de construção		(290.397)	(227.495)
Lucro bruto		408.287	398.225
Despesas com vendas	20.2	(54.047)	(66.228)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	20.2	(61.064)	(77.558)
Lucro operacional		293.176	254.439
Resultado financeiro		(63.041)	(62.848)
Receitas financeiras	21	224.159	422.050
Despesas financeiras	21	(287.200)	(484.898)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		230.135	191.591
Imposto de renda e contribuição social	9	(41.857)	(20.331)
Corrente		(6.663)	(6.278)
Diferido		(35.194)	(14.053)
Lucro líquido do exercício		188.278	171.260
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		1,0952	0,9962
Preferencial A		1,2048	1,0959
Preferencial B		1,2048	1,0959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	188.278	171.260
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais	(11.168)	6.347
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	3.797	(2.158)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(7.371)	4.189
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	180.907	175.449
Lucro líquido básico e diluído por ação do capital – R\$:		
Ordinária	1,0524	1,0206
Preferencial A	1,1576	1,1227
Preferencial B	1,1576	1,1227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital					Reserva de lucros					Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	179.787	4.648	179.315	82.428	375	276.836	35.957	1.029	-	296	(323)	92.540	-	852.888
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.540)	-	(92.540)
Distribuição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(296)	-	296	-	-
Reclassificação entre reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.189	-	-	4.189
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	171.260	171.260
Destinações do lucro:														
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	(8.124)	(1.029)	-	-	-	-	9.153	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	-	-	-	-	-	25.854	-	-	-	-	-	-	(25.854)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.197)	(57.197)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.457)	(33.457)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.905	(63.905)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	179.787	4.648	179.315	82.428	375	302.690	27.833	-	-	-	3.866	64.201	-	845.143
Aumento de capital	362.552	-	-	(82.428)	-	(280.124)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão dos dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	238	-	-	-	-	-	238
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.201)	-	(64.201)
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.371)	-	-	(7.371)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.278	188.278
Destinações do lucro:														
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	-	-	-	-	-	18.098	-	-	-	-	-	-	(18.098)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.364)	(55.364)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.285)	(54.285)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.531	(60.531)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	542.339	4.648	179.315	-	375	40.664	27.833	238	-	-	(3.505)	60.531	-	852.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	230.135	191.591
Ajustes para:		
Amortização (*)	75.091	63.890
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(50.736)	52.714
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	93.397	101.832
Valor de reposição estimado da concessão	(58.128)	(27.377)
Perda/ (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	20.759	10.306
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	2.393	9.540
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	712	(11.799)
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	(1.190)	(419)
Atualização das provisões para contingências	3.789	6.316
Atualização de títulos e valores mobiliários	(37.812)	(30.024)
Outras atualizações de receitas e despesas financeiras	1.212	440
	279.622	367.010
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(42.189)	35.709
IR e CSLL a recuperar	16.002	4.945
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(371)	21.614
Depósitos judiciais	(817)	(28)
Despesas pagas antecipadamente	(5.272)	(157)
Benefícios pós-emprego	(11.449)	(871)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(52.031)	-
Outros ativos	(17.276)	(2.594)
	(113.403)	58.618
Fornecedores	49.725	(46.164)
Salários e encargos a pagar	16.841	(1.525)
Encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos pagos	(83.586)	(90.480)
Encargos setoriais	(44)	6.739
IR e CSLL pagos	(10.448)	(12.128)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(19.580)	12.951
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	-	14.483
Indenizações e contingências pagas	(11.271)	(12.365)
Benefício pós-emprego	1.177	-
Outros passivos	5.332	1.426
	(51.854)	(127.063)
Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais	114.365	298.565
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(296.601)	(245.924)
Resgate/Aplicação em títulos e valores mobiliários	238.882	78.493
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(57.719)	(167.431)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	115.979	40.689
Captação de debentures	581.951	100.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(238.214)	(128.855)
Amortização do principal de debentures	(1.737)	-
Pagamentos de custos de captação	(1.324)	-
Obrigações vinculadas	12.664	21.221
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(187.790)	(168.853)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	281.529	(135.798)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	338.175	(4.664)
Caixa e equivalentes no início do exercício	9.872	14.536
Caixa e equivalentes no final do exercício	348.047	9.872
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	338.175	(4.664)

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		Reclassificado
Vendas brutas de energia, serviços e outros	3.176.583	2.787.437
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(713)	(11.799)
	3.175.870	2.775.638
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (1.243.818)	(972.794)
Encargos de uso da rede básica	(*) (98.063)	(106.969)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (430.868)	(371.365)
	(1.772.749)	(1.451.128)
Valor adicionado bruto	1.403.121	1.324.510
Amortização	(*) (75.091)	(64.360)
Valor adicionado líquido	1.328.030	1.260.150
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 226.876	425.833
Valor adicionado total a distribuir	1.554.906	1.685.983
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	63.336	52.217
Encargos sociais (exceto INSS)	12.921	12.387
Benefício pós-emprego	(9.960)	(103)
Auxílio alimentação	9.618	6.986
Previdência privada e outros benefícios	7.982	8.871
Despesas com desligamento	2.737	3.797
Férias e 13º salário	14.663	8.983
Plano de saúde	5.258	4.215
Participação nos resultados	16.651	10.923
Administradores	3.982	3.088
Encerramento de ordem em curso	32	-
(-) Transferência para ordens	(12.725)	(11.380)
Outros	2.134	1.243
Subtotal	116.629	101.227
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	12.329	11.187
ICMS	533.112	514.910
PIS/COFINS sobre faturamento	162.276	165.032
Imposto de renda e contribuição social	41.857	20.331
Obrigações intra-setoriais	210.064	214.074
Outros	2.154	1.919
Subtotal	961.792	927.452
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	287.200	484.898
Aluguéis	1.007	1.146
Subtotal	288.207	486.044
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	55.364	57.197
Dividendos distribuídos	54.285	33.457
Dividendos propostos	60.530	63.905
Reserva de incentivo fiscal – SUDENE	18.099	25.854
Reserva de retenção de lucros	-	(9.153)
Subtotal	188.278	171.260
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.554.906	1.685.983

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, com sede em Natal – Rio Grande do Norte, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 08 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, vide nota explicativa 23;
- (ii) Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo, vide nota explicativa 23;
- (iii) O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme, vide nota explicativa 25.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) O registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 19;
- (ii) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa 6;
- (iii) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9;
- (iv) Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide nota explicativa 10;

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- (v) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 23;
- (vi) Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, vide nota explicativa 25;
- (vii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 16; e
- (viii) Reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 8.

2.5. Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente publicadas em 25 de julho de 2017.

2.5.1. Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reclassificado</u>
Receita líquida	1.794.204	-	1.794.204
Custo dos serviços	(a) (1.375.326)	(20.653)	(1.395.979)
Despesas com vendas	(66.228)	-	(66.228)
Outras receitas / despesas gerais e administrativas	(a) (98.211)	20.653	(77.558)
Receitas financeiras	422.050	-	422.050
Despesas financeiras	(484.898)	-	(484.898)
Imposto de renda e contribuição social	(20.331)	-	(20.331)
Lucro líquido do período	<u>171.260</u>	<u>-</u>	<u>171.260</u>

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

2.5.2. Demonstração do valor adicionado findo em 31 de dezembro de 2016:

		<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reclassificado</u>
Valor adicionado líquido	(b)/(c)/(d)	1.257.824	2.326	1.260.150
Valor adicionado recebido em transferência	(d)	425.904	(71)	425.833
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.683.728</u>	<u>2.255</u>	<u>1.685.983</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(b)/(c)	100.812	415	101.227
Impostos, taxas e contribuições	(d)	925.612	1.840	927.452
Remuneração de capitais de terceiros		486.044	-	486.044
Remuneração de capitais próprios		171.260	-	171.260
Valor adicionado distribuído		<u>1.683.728</u>	<u>2.255</u>	<u>1.685.983</u>

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, lucro líquido do exercício e demonstração do fluxo de caixa.

A natureza das principais reclassificações realizadas encontram-se descritas a seguir:

- (a) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor no montante de R\$ 20.653 de custo do serviço para outras receitas/despesas gerais e administrativas.
- (b) Reclassificação de estagiário/bolsista de material, serviços de terceiros e outros para pessoal no montante de R\$ 1.243 conforme despacho de encerramento ANEEL 4.356/2017.
- (c) Reclassificação de indenização trabalhista pessoal próprio, de pessoal para material, serviços de terceiros e outros no montante de R\$ 828.
- (d) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.

2.6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*.

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

c) Contrato de concessão

O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do poder concedente ao final da concessão.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores. A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do exercício.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não constatou evidências que possam indicar deterioração, em função disso não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

g) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “outras receitas”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “outras receitas” em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

h) Ativo intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

i) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). Quando a obrigação do plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de benefícios pós-emprego e outros benefícios, no passivo circulante e não circulante.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e juros pagos como fluxo de caixa das atividades operacionais.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.6).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3.1. IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.

• Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto na contabilização de seus ativos financeiros.

• Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- ii. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicado se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R\$ mil	<i>Impairment</i> estimado em 01/01/2018
Títulos e valores mobiliários	18
Contas a receber de clientes e outras contas a receber, incluindo ativos contratuais, em 31 de dezembro de 2017	1.849
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	1.867

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

• Passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- i. o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- ii. o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de *hedge*, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado.

• Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48.

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial e de taxa de juros em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e indexados ao IPCA, respectivamente.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos.

• Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

• Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- i. A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- ii. As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

3.2. IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A – Programas de Fidelidade com o Cliente (IFRIC 13).

• Fornecimento de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia fornecida é faturada, mediante a multiplicação do consumo medido pela tarifa vigente. Além do consumo de energia medido na data de leitura, entre a data dessa medição e o encerramento do mês, a Companhia reconhece a receita não faturada através de estimativa, que é contabilizada em subcontas contábeis apropriadas de fornecimento, suprimento e encargos de distribuição e transmissão não faturados.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Desse modo, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deverão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto foi estimado em R\$ 426.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto foi estimado em R\$ 3.885.

• Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. O contrato é formalizado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que efetua o cálculo das sobras de energia adquirida (quantidade comprada x quantidade distribuída) e compara o saldo de energia com a necessidade do sistema elétrico, vendendo a quantidade de energia necessária para suprir o sistema, cuja contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Dentro do sistema elétrico, o ONS vai direcionar essa energia adquirida para qualquer outro agente que esteja precisando.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

O desempenho por parte da Companhia melhora o ativo de concessão e não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia, que possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente, tendo em vista que o contrato de concessão prevê o direito a indenização em casos de extinção da concessão, retomada do serviço pelo poder concedente, caducidade e em casos de inadimplência. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica ou receitas de atividades acessórias.

As receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica são receitas não tarifárias provenientes de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, como as receitas provenientes de serviços cobráveis. Já as atividades acessórias podem ser próprias e complementares. As atividades acessórias próprias são aquelas que se caracterizam como atividade regulada, prestada somente pela distribuidora e sujeita à fiscalização, tais como: arrecadação de convênios, compartilhamento de infraestrutura, serviços de avaliação técnica e aferição de medidores, entre outras. A receita de prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado e é regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

• Transição

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

3.3 IFRS 16 Leases (arrendamentos)

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e à medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 12.

• Transição

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- i. Abordagem retrospectiva; ou
- ii. Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

3.4. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- i. Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- ii. Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- iii. Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- iv. Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- v. ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- vi. IFRIC 23 Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS's. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Assuntos regulatórios

Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de bandeiras tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$10/MWh e verde, sem acréscimo.

	Cor da bandeira	
	2017	2016
Jan	Verde	Vermelha Patamar 2
Fev	Verde	Vermelha Patamar 1
Mar	Amarela	Amarela
Abr	Vermelha Patamar 1	Verde
Mai	Vermelha Patamar 1	Verde
Jun	Verde	Verde
Jul	Amarela	Verde
Ago	Vermelha Patamar 1	Verde
Set	Amarela	Verde
Out	Vermelha Patamar 2	Verde
Nov	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dez	Vermelha Patamar 1	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 93.183 (R\$ 47.308 em 31 de dezembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante, R\$ 23.257 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 5.941 em 31 de dezembro de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Sobrecontratação de energia

De acordo com o modelo regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 9.093 por mês, que está sendo atualizado periodicamente.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a companhia a atualização do valor de incremento na tarifa para R\$ 6.982 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 9.093 no período de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 90.120 (R\$ 107.619, em 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.221 de 18 de abril de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 3,10%, dos quais 3,35% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 0,25% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 3,38%, sendo de 4,07%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 3,08%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2017 com vigência até 21 de abril de 2018.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Reajuste extraordinário – Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017 aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e, republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 1º de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -67,55/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores residenciais em -16,66%.

Os efeitos da aplicação do redutor de Angra III foram contabilizados em contrapartida à CVA (Conta de Compensação de Valores da Parcela A) do ESS/ERR, uma vez que, tratou-se de uma antecipação de repasse de passivo já contabilizado na respectiva CVA e que seriam, normalmente, tratados no processo tarifário de abr/17. O valor revertido para o consumidor apurado foi de R\$ 25.307.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	13.948	9.872
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.018	-
Fundos de investimentos	(a) 333.081	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	348.047	9.872
Títulos e Valores Mobiliários – TVM		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.125	2.596
Fundos de investimentos	(b) 341	200.940
Total TVM	2.466	203.536
Circulante	2.466	189.463
Não circulante	-	14.073

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- (a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Carteira (caixa e equivalente de caixa)	2017
BB TOP curto prazo	151.125
Compromissadas com lastro de títulos públicos	100
BB Polo 28 FI renda fixa	151.225
Compromissadas com lastro de títulos públicos	158.794
Bradesco FI RF referenciado DI Recife	158.794
Itaú curto prazo	2.040
Itaú Salvador renda fixa curto prazo FI	2.040
Compromissadas com lastro de títulos públicos	21.022
Santander Natal renda fixa curto prazo DE FI	21.022
Total CEC – fundos exclusivos	333.081

- (b) A carteira de aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2016, era constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Carteira (títulos e valores mobiliários)	2017	2016
BB TOP RF moderado FI RF LP	-	20.658
BB TOP RF conservador FI RF longo prazo	-	68.685
CDBs	-	6.295
LF	-	11.678
Debêntures	-	248
DPGE	-	3.548
Outros	341	211
BB Polo 28 FI renda fixa	341	111.326
BRAM referenciado FI DI CORAL	-	40.397
BRAM referenciado FI DI RUBI	-	23.705
Fundo Bradesco FIC referenciado DI Recife	-	64.102
Santander FI PROFIT renda fixa referenciado DI	-	20.419
Santander FI títulos públicos renda fixa referenciado DI	-	5.093
Santander FIC FI Natal renda fixa referenciado DI	-	25.512
Total TVM	341	200.940

A partir de setembro de 2017, a estratégia adotada pela Companhia foi aplicar seus recursos financeiros em cotas de fundos de investimento e ativos que tenham o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e classificados como caixa e equivalentes de caixa.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes e outros

		2017	2016
Consumidores	(a)	544.857	520.773
Comercialização de energia na CCEE	(b)	26.539	27.297
Disponibilização sistema de distribuição		7.631	7.277
Serviços prestados a terceiros		1.183	1.165
Serviços taxados e administrativos		2.181	2.251
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	23.487	24.446
Outros créditos de terceiros		14.712	3.548
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(78.959)	(86.603)
Total		541.631	500.154
Circulante		385.499	345.981
Não circulante		156.132	154.173

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2017	2016	2017	2016
Setor privado							
Residencial	36.485	57.974	18.371	112.830	96.772	(18.371)	(14.555)
Industrial	6.324	10.536	19.189	36.049	34.740	(18.709)	(19.050)
Comercial	35.643	14.709	8.332	58.684	53.061	(5.159)	(4.889)
Rural	11.363	7.463	7.102	25.928	21.813	(5.784)	(4.732)
	89.815	90.682	52.994	233.491	206.386	(48.023)	(43.226)
Setor público							
Federal	4.471	172	336	4.979	4.631	(321)	(402)
Estadual	126.492	5.140	619	132.251	146.260	(49)	(1.097)
Municipal	41.096	4.649	25.698	71.443	72.826	(25.254)	(23.879)
	172.059	9.961	26.653	208.673	223.717	(25.624)	(25.378)
Iluminação pública	5.752	3.111	1.591	10.454	9.122	(799)	(716)
Serviço público	9.993	949	3.781	14.723	13.173	(920)	(2.127)
Fornecimento não faturado	77.516	-	-	77.516	68.375	-	-
Total	355.135	104.703	85.019	544.857	520.773	(75.366)	(71.447)
Circulante				409.146	366.635	(75.366)	(71.447)
Não circulante				135.111	154.138	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, no montante de R\$ 17.020 (R\$ 13.099 em 2016), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica,

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída.

(c) Subvenções/subsídios governamentais

(c.1) Baixa renda – tarifa social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.770 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2017 (R\$ 10.528 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 18 de abril de 2017, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.222/2017 aprovando o valor mensal de R\$ 38.959 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2017 a março de 2018.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.717 (R\$ 13.918 em 31 de dezembro de 2016), e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	<u>Consumidores</u>	<u>Comercialização de energia na CCEE</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	(66.089)	(13.099)	(1.532)	(80.720)
Adições	(14.889)	-	(703)	(15.592)
Reversões	3.615	-	178	3.793
Baixa para perdas (incobráveis)	5.916	-	-	5.916
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(71.447)	(13.099)	(2.057)	(86.603)
Adições	(29.843)	-	(1.536)	(31.379)
Reversões	17.215	13.099	-	30.314
Baixa para perdas (incobráveis)	8.709	-	-	8.709
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(75.366)	-	(3.593)	(78.959)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

		2017	2016
Imposto de Renda – IR	(a)	15.375	28.332
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	(a)	4.674	3.934
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(b)	44.255	35.622
Programa de Integração Social – PIS	(c)	535	2.203
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(c)	2.582	9.231
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS		618	627
Imposto sobre Serviços – ISS		572	508
Total		68.611	80.457
Circulante		41.920	59.552
Não circulante		26.691	20.905

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 44.255 (R\$ 35.622 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, no montante de R\$ 3.117 (R\$ 11.435 em 31 de dezembro de 2016).

				2017			
Circulante				Não circulante			
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido
CVA							
Energia	153.961	(11.522)	142.439	51.320	(6.940)	44.380	186.819
Encargo de Serviço Sistema – ESS (a)	-	(62.852)	(62.852)	-	(17.151)	(17.151)	(80.003)
TUST	8.189	-	8.189	2.651	(3.195)	(544)	7.645
Neutralidade dos encargos setoriais	4.582	(4.470)	112	1.527	-	1.527	1.639
Outras CVA's	-	(15.645)	(15.645)	1.705	(6.226)	(4.521)	(20.166)
Outros Itens Financeiros							
Repasse de sobrecontratação (b)	-	(18.156)	(18.156)	-	(5.557)	(5.557)	(23.713)
Risco hidrológico (c)	-	(38.385)	(38.385)	-	-	-	(38.385)
Outros itens financeiros	1.211	(28)	1.184	265	(2.552)	(2.288)	(1.104)
	167.943	(151.058)	16.886	57.468	(41.621)	15.846	32.732

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

		2016					
		Circulante			Não circulante		
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)
							Total líquido
CVA e Parcela A							
Valores tarifários não gerenciáveis da "Parcela A"		1.552	(10.291)	(8.739)	-	-	(8.739)
Energia		10.162	(23.317)	(13.155)	-	(7.773)	(20.928)
Encargo de Serviço Sistema - ESS	(a)	-	(26.406)	(26.406)	-	-	(26.406)
TUSD		370	(3.551)	(3.181)	-	(215)	(3.396)
Neutralidade dos encargos setoriais		669	(6.898)	(6.229)	-	(2.293)	(8.522)
Outras CVA's		9.117	2.672	11.789	492	(6.332)	5.840
Outros Itens Financeiros							
Energia nuclear		20	-	20	-	-	20
Reversão RTE	(b)	4.428	(1.543)	2.885	-	-	2.885
Outros itens financeiros		996	(398)	598	229	-	847
		27.314	(81.456)	(54.142)	721	(16.614)	(15.893)
							(70.035)

(a) Encargo de Serviço Sistema – ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 80.003, decorrente dos custos incorridos realizar abaixo à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

(b) Repasse de sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor de R\$ 22.531, relativo à compra de energia decorrente das exposições, recontabilizações e liquidação de sobras no mercado de curto prazo.

(c) Passivo risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém um componente financeiro de risco hidrológico passivo total atualizado de R\$ 38.385, referente a constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, homologado pela ANEEL no processo de reajuste tarifário em 2017, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 23.713 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2016, reconhecido no reajuste tarifário de 2017 em fase de amortização, e o repasse da sobrecontratação de 2017 a ser reconhecida no reajuste de 2018.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação dos saldos de valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos iniciais	(70.035)	(2.838)
Constituição ativa (passiva)	55.310	(49.207)
Reversão (amortização)	52.031	(14.483)
Remuneração financeira setorial	<u>(4.574)</u>	<u>(3.507)</u>
Saldos finais ativo (passivo)	32.732	(70.035)

9. Impostos e contribuições correntes e diferidos

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	<u>(19.902)</u>	<u>4.360</u>
Diferido ativo		41.345	41.302
Diferido passivo		(61.247)	(36.942)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	<u>56.913</u>	<u>64.047</u>
Ativo		<u>37.011</u>	<u>68.407</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2016</u>		<u>2017</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>
Imposto de Renda				
Diferenças temporárias	12.824	3.206	(58.534)	(14.634)
	12.824	3.206	(58.534)	(14.634)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	12.824	1.154	(58.534)	(5.268)
	12.824	1.154	(58.534)	(5.268)
Total		<u>4.360</u>		<u>(19.902)</u>

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.673	9.673	25.021	25.021
Provisão contingências	38.469	38.469	43.445	43.445
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	12.190	12.190	7.720	7.720
Receita de ultrapassagem	46.833	46.833	37.218	37.218
Energia Livre	7.255	7.255	5.678	5.678
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	234	234
Outros	5.083	5.083	61	61
Total ativo	121.602	121.602	121.476	121.476
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(67)	(67)	-	-
Diferença valor justo ano corrente e valor justo na adoção inicial	(120.591)	(120.591)	(62.464)	(62.464)
Ajuste da quota anual de amortização	(18.611)	(18.611)	(15.570)	(15.570)
Capitalização/(amortização) juros (IFRS)	(27.423)	(27.423)	(15.198)	(15.198)
Superávit plano previdenciário	(3.840)	(3.840)	(13.762)	(13.762)
Custo de captação	(9.604)	(9.604)	(1.658)	(1.658)
Total passivo	(180.136)	(180.136)	(108.652)	(108.652)
Total líquido	(58.534)	(58.534)	12.824	12.824

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 4 de dezembro de 2017 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 24 de novembro de 2017, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está para 2018.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	230.135	230.135	191.591	191.591
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(7.134)	(7.134)	(7.441)	(7.441)
Juros Sobre Capital Próprio	(55.364)	(55.364)	(57.197)	(57.197)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	167.636	167.636	126.953	126.953
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	41.909	15.087	31.738	11.426
Efeito das adições/(exclusões) no cálculo do tributo				
Diferenças permanentes	(3.069)	(1.105)	(2.380)	(858)
Incentivos fiscais e outros	(18.099)	-	(27.036)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	20.741	13.982	2.322	10.568

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	108	6.555	(2.540)	8.818
Recolhidos e pagos	4.034	6.414	4.942	7.186
A pagar	-	-	-	813
Compensados e deduzidos	6.510	1.183	11.212	1.275
Impostos antecipados a recuperar	(10.436)	(1.042)	(18.694)	(456)
Diferido	20.633	7.427	4.862	1.750
Imposto de renda e contribuição social exercício	20.741	13.982	2.322	10.568

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social corrente	6.663	6.278
Imposto de renda e contribuição social diferido	28.060	6.612
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	7.134	7.441
Imposto de renda e contribuição social exercício	41.857	20.331

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(b) Benefício fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal apurado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre mais valia de aquisição incorporada.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Ágio – incorporado	638.018
Provisão constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(449.642)
Reversão acumulada	296.763
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	64.047
Amortização	(20.984)
Reversão	13.850
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	56.913

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2018	0,03153	2022	0,02666	2026	0,02235
2019	0,03022	2023	0,02551	2027	0,02140
2020	0,02907	2024	0,02442		
2021	0,02784	2025	0,02336		

10. Concessão de serviço público

10.1. Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	2017	2016
Saldos iniciais em 1º de janeiro	624.881	487.448
Baixas	(1.253)	(490)
Reversão	(246)	469
Transferências do ativo intangível (a)	140.355	110.077
Atualização valor de reposição estimado da concessão	58.127	27.377
Saldos finais em 31 de dezembro	821.864	624.881

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

10.2. Intangível

Em 2017, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 15.425 (R\$ 15.220 em 2016) tendo sido a taxa média mensal de capitalização de 0,9569%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		2017			2016	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,42%	1.566.721	(810.599)	(117.621)	638.501	611.344
Em curso						
Direito de uso da concessão		223.927	-	(604)	223.323	170.042
Total		1.790.648	(810.599)	(118.225)	861.824	781.386

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.404.550	(728.117)	(104.452)	571.981	185.180	(41.657)	143.523	715.504
Adições	-	-	-	-	261.144	(21.221)	239.923	239.923
Baixas	(41.059)	31.421	-	(9.638)	(178)	-	(178)	(9.816)
Amortizações	-	(73.061)	8.702	(64.359)	-	-	-	(64.359)
Transferências - Intangíveis	121.107	-	(10.821)	110.286	(121.108)	10.822	(110.286)	-
Transferências - Ativos financeiros	963	-	-	963	(125.490)	14.450	(111.040)	(110.077)
Transferências - Outros	1.589	(1)	523	2.111	9.376	(1.276)	8.100	10.211
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.487.150	(769.758)	(106.048)	611.344	208.924	(38.882)	170.042	781.386
Adições	-	-	-	-	312.026	(12.664)	299.362	299.362
Baixas	(54.539)	43.100	-	(11.439)	(8.067)	-	(8.067)	(19.506)
Amortizações	-	(83.941)	8.850	(75.091)	-	-	-	(75.091)
Transferências - Intangíveis	138.749	-	(20.276)	118.473	(138.749)	20.276	(118.473)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	(533)	-	-	(533)	(171.463)	31.641	(139.822)	(140.355)
Transferências - Outros (b)	(4.106)	-	(147)	(4.253)	21.256	(975)	20.281	16.028
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.566.721	(810.599)	(117.621)	638.051	223.927	(604)	223.323	861.824

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

11. Fornecedores

	2017	2016
Energia elétrica	179.974	133.396
Terceiros	174.594	129.479
Partes relacionadas	5.380	3.917
Encargos de uso da rede	23.165	11.246
Terceiros	22.847	10.856
Partes relacionadas	318	390
Materiais e serviços	39.332	49.682
Terceiros	39.332	49.527
Partes relacionadas	-	155
Energia livre	17.544	15.966
Total	260.015	210.290
Circulante	242.471	194.324
Não circulante	17.544	15.966

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

Empréstimos e financiamentos	2017			2016
	Dívida	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Total (*)
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	76.630	-	76.630	96.582
BNB	9.836	-	9.836	11.435
BNDES	236.471	-	236.471	276.084
CEF	11.799	-	11.799	13.294
ELETROBRÁS	-	-	-	2.499
FINEP	2.520	-	2.520	6.467
(-) Custos de transação	(349)	-	(349)	(1.223)
(-) Depósitos em garantia	(2.132)	-	(2.132)	(4.384)
Total moeda nacional	334.775	-	334.775	400.754
Moeda nacional - circulante	83.556	-	83.556	90.992
Moeda nacional - não circulante	251.219	-	251.219	309.762
Moeda estrangeira				
ITAÚ	197.569	6.051	203.620	246.943
CITIBANK	282.583	(86.449)	196.134	197.448
Total moeda estrangeira	480.152	(80.398)	399.754	444.391
Moeda estrangeira - circulante	284.070	(85.321)	198.749	148.707
Moeda estrangeira - não circulante	196.082	4.923	201.005	295.684
Total empréstimos e financiamentos	814.927	(80.398)	734.529	845.145
Empréstimos e financiamentos - circulante	367.626	(85.321)	282.305	239.699
Empréstimos e financiamentos - não circulante	447.301	4.923	452.224	605.446
Debêntures				
COSERN	705.162	-	705.162	103.837
(-) Custos de transação	(9.254)	-	(9.254)	(436)
Total debêntures	695.908	-	695.908	103.401
Debêntures - Circulante	110.182	-	110.182	3.489
Debêntures - Não circulante	585.726	-	585.726	99.912
Endividamento total	1.510.835	(80.398)	1.430.437	948.546
Endividamento total - circulante	477.808	(85.321)	392.487	243.188
Endividamento total - não circulante	1.033.027	4.923	1.037.950	705.358

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

Conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamentos:

	2015	Adições	Baixas	Alterações em não caixa	2016	Adições	Baixas	Outros	Alterações em não caixa	2017
Empréstimos e financiamentos	1.073.679	40.689	(128.855)	(68.107)	917.406	115.979	(238.214)	(1.324)	21.080	814.927
Debêntures	-	100.000	-	3.401	103.401	581.951	(1.737)	-	12.293	695.908
Obrigações vinculadas	-	21.221	-	-	21.221	12.664	-	-	-	33.885

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

12.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	97.661	340.211	16.484	441.076	895.432
Ingressos	2.531	38.158	-	-	40.689
Encargos	36.240	-	13.932	-	50.172
Varição monetária e cambial	798	6.316	(15.823)	(90.039)	(98.748)
Swap	-	-	13.741	141.661	155.402
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	3.165	(1.910)	1.255
Transferências	86.349	(86.349)	195.104	(195.104)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(132.445)	-	(77.896)	-	(210.341)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	11.494	-	-	11.494
(-) Custos de transação	(142)	(68)	-	-	(210)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	90.992	309.762	148.707	295.684	845.145
Ingressos	2.679	13.300	-	100.000	115.979
Encargos	27.363	-	14.786	-	42.149
Varição monetária e cambial	1.251	5.684	(836)	5.243	11.342
Swap	-	-	31.574	(4.430)	27.144
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(155)	(149)	(304)
Transferências	80.164	(80.164)	195.343	(195.343)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(119.475)	389	(190.670)	-	(309.756)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	2.248	-	-	2.248
(-) Custos de transação	582	-	-	-	582
Saldos em 31 de dezembro de 2017	83.556	251.219	198.749	201.005	734.529

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício:

Financiadores	Vencimento	Encargos financeiros anuais - %	Valor captado (R\$)
BNDES	2023	TJLP+2,09% a.a.	4.487
BNDES	2023	SELIC+2,09% a.a.	4.487
BNDES	2023	TJLP+1,59% a.a.	4.270
ITAÚ	2020	PRÉ 3,64% a.a.	100.000
BNDES	2023	TJLP+1,59% a.a.	2.735
			115.979

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2017			2016		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	270.085	(295)	269.790
2019	224.415	(50)	224.365	161.917	(189)	161.728
2020	123.470	(49)	123.421	61.769	(102)	61.667
2021	52.178	(40)	52.138	61.018	(25)	60.993
2022	31.386	(33)	31.353	26.040	(6)	26.034
Após 2022	22.902	(16)	22.886	29.680	(63)	29.617
Total obrigações	454.351	(188)	454.163	610.509	(680)	609.829
(-) Depósitos em garantia			(2.132)			(4.383)
Marcação a mercado			193			-
Total			452.224			605.446

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Em 31 de dezembro de 2017, todos os índices foram atingidos.

Os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. foram aditados para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação, à exceção do contrato com o Banco Itaú em que, a Companhia obteve *waiver* (autorização) para isentar a Companhia dos limites máximos de alavancagem por um período de 12 meses a partir da data da incorporação, até que o efeito desproporcional provocado pela consolidação integral da dívida da empresa incorporada e consolidação gradual dos resultados seja eliminado.

Adicionalmente, o contrato firmado junto ao BNDES prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. As garantias adicionais serão constituídas conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

12.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	-	-
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	12.147	-	12.147
Amortizações e pagamentos de juros	(8.673)	(321)	(8.994)
(-) Custos de transação	15	233	248
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.489	99.912	103.401
Ingressos	-	582.815	582.815
Encargos	22.076	-	22.076
Variação monetária e cambial	10	2.607	2.617
Transferências	97.307	(97.307)	-
Amortização e pagamentos de juros	(13.668)	(1.437)	(15.105)
(-) Custos de transação	968	(864)	104
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.182	585.726	695.908

A seguir apresentamos a emissão de debêntures efetuada no exercício:

2017		
Vencimento	Encargos financeiros anuais	Valor captado
2022	4,64%	266.193
2024	4,91%	96.622
2021	118,5% CDI	220.000
		582.815

- Em 09 de agosto de 2017, a Companhia contratou junto aos bancos Santander e Caixa Econômica Federal, a 6ª emissão de debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 220.000, com prazo de quatro anos e juros trimestrais a uma taxa de 118,5% do CDI.
- Em 17 de agosto de 2017, a Companhia publicou fato relevante informando que foi submetida à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), o registro de oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária em até duas séries, nos termos da Instrução CVM nº 400 inicialmente de R\$ 370.000, condicionada à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

No dia 5 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 7ª emissão de debêntures em um montante inicial de R\$ 370.000, em duas séries, sendo a primeira com prazo de 5 anos vencendo em 15 de outubro de 2022 e a segunda com prazo de 7 anos vencendo em 15 de outubro de 2024. No dia 11 de setembro de 2017, a ANBIMA protocolou o pedido de registro de oferta pública de distribuição de debêntures da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, que determina uma alíquota “zero” de imposto de renda para pessoas físicas e de 15% (quinze

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

por cento), quando auferidos por pessoa jurídica.

O *bookbuilding* da oferta foi realizado no dia 03 de outubro de 2017, e a liquidação financeira ocorreu em 24 de outubro de 2017.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2017			2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	100.000	(88)	99.912
2021	220.000	(927)	219.073	-	-	-
2022	273.351	(4.348)	269.002	-	-	-
Após 2022	99.256	(1.606)	97.651	-	-	-
	<u>592.607</u>	<u>(6.881)</u>	<u>585.726</u>	<u>100.000</u>	<u>(88)</u>	<u>99.912</u>
Total			<u>585.726</u>			<u>99.912</u>

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A., listados abaixo. Em 31 de dezembro de 2017 todos os índices foram atingidos.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5.

Os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. foram aditados ou obtiveram anuência prévia para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação.

13. Salários e encargos a pagar

	2017	2016
Salários	7.675	(38)
Encargos sociais	1.018	1.148
Provisões para férias e 13º salário	7.327	2.133
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	1.319	1.725
Provisão para participação nos lucros e resultados	12.190	7.720
Total	<u>29.529</u>	<u>12.688</u>

14. Encargos setoriais

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

A atualização das parcelas referentes a PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros da SELIC.

		2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	5.384	14.466
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	841	993
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	680	494
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	17.939	16.211
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	6.038	3.102
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		197	139
Outros CCRBT	(c)	8.617	2.660
Total		39.696	38.065
Circulante		25.707	38.065
Não circulante		13.989	-

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 2.610 (R\$ 2.763 em 2016), para o período de junho a dezembro de 2017, conforme Resolução nº 2.204 de 03/2017; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 2.774 (R\$ 2.610 em 2016) conforme Resolução nº 2.202 de 02/2017 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 6.982 (R\$ 9.093 em 2016) conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Encargos setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Imposto de Renda - IR	-	7.090
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	3.697
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	46.876	46.376
Programa de Integração Social - PIS	1.772	3.361
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.238	15.613
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.465	1.587
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	410	484
Imposto sobre Serviços – ISS	200	168
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.466	2.857
Outros	432	206
Total	61.859	81.439
Circulante	61.811	81.384
Não circulante	48	55

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	28.846	7.699	3.522	40.067
Adição	4.031	8.194	159	12.384
Reversão	(2.844)	-	-	(2.844)
Pagamento/Indenizações	(3.062)	(9.199)	(104)	(12.365)
Atualização	3.023	3.052	241	6.316
Saldos em 31 de dezembro de 2016	29.994	9.746	3.818	43.558
Adição	2.449	3.088	-	5.537
Reversão	(2.963)	(181)	-	(3.144)
Pagamento/Indenizações	(5.059)	(6.211)	-	(11.271)
Atualização	2.133	1.473	182	3.789
Saldos em 31 de dezembro de 2017	26.554	7.915	4.000	38.469
Circulante	5.059	3.429	-	8.488
Não circulante	21.495	4.486	4.000	29.981

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo o pedido de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 17.103 (R\$ 19.842 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, acidentes, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 102.608 (R\$ 99.842 em 31 de dezembro de 2016) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Dentre os processos que constavam como perda possível em 30 de setembro de 2017, destacamos os que envolvem a discussão de acordo celebrado com as Cooperativas de Eletrificação Rural no estado do Rio Grande do Norte, referente à transferência de acervos de energia elétrica, devidamente homologado pela ANEEL, que perfazem um montante de R\$ 1.215.097 e que cuja expectativa de perda foi avaliada como remota pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 366.965 (R\$ 280.227 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) Falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 37.890 (R\$ 27.823 em 31 de dezembro de 2016); e

(ii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 217.351 (R\$ 156.927 em 31 de dezembro de 2016).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhistas	9.712	9.183
Cíveis	2.009	1.820
Fiscais	6.347	5.828
Total	<u>18.068</u>	<u>16.831</u>

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

17. Outros passivos

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Consumidores	(a)	25.156	24.519
Caução em garantia	(b)	21.726	21.062
Adiantamentos recebidos	(c)	609	707
Outras		8.299	4.213
		<u>55.790</u>	<u>50.501</u>
Circulante		51.443	48.499
Não circulante		4.347	2.002

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 542.339 e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 179.787.

Em 07 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou, e em 14 de março de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou, o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 362.552, dentro do limite do capital social autorizado através da capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal, constituída até dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

Em 04 de setembro de 2017, a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, com emissão de novas ações, no montante de R\$ 248.744.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	2016						Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neenergia S.A.	118.962	127.252	18.725	20.030	16.063	17.182	153.750	164.464
Previ	1.855	1.984	359	384	382	409	2.596	2.777
Outros	8.929	9.552	1.522	1.628	1.277	1.366	11.728	12.546
Total	129.746	138.788	20.606	22.042	17.722	18.957	168.074	179.787

* Lote de mil ações.

Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	2017						Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Total	R\$
Neenergia S.A .	118.992	383.963	18.739	60.468	16.063	51.831	153.794	496.262
Previ	1.855	5.985	359	1.159	382	1.233	2.596	8.377
Outros	8.899	28.715	1.508	4.865	1.277	4.120	11.684	37.700
Total	129.746	418.663	20.606	66.492	17.722	57.184	168.074	542.339

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	188.278	171.260
Média ponderada das ações emitidas	168.074	168.074
Lucro básico e diluído por ação – R\$	1,12	1,02

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 179.315 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2017, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 160.013 e a disponível para capitalização é de R\$ 122.402 (R\$ 152.879 em 31 de dezembro de 2016).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 18.098 (R\$ 25.854 em 31 de dezembro de 2016) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde 2008 a Reserva legal por ter atingido os limites legais.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2017</u>					
AGO de 14 de março de 2017	Dividendos Adicionais	63.905	0,3717426214	0,4089168835	0,4089168835
AGO de 14 de março de 2017	Dividendos Adicionais	296	0,0017236525	0,0018960178	0,0018960178
RCA de 30 de junho de 2017	JSCP 2T2017	28.560	0,1663688116	0,1830056928	0,1830056928
RCA de 15 de setembro de 2017	JSCP	17.699	0,1029574443	0,1132531887	0,1132531887
RCA de 15 de setembro de 2017	Dividendos Intermediários	54.285	0,3157806819	0,3473587501	0,3473587501
RCA de 04 de dezembro de 2017	JSCP	9.065	0,0527342626	0,0580076889	0,0580076889
		<u><u>173.810</u></u>			
<u>2016</u>					
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos 2015	92.540	0,5383171829	0,5921489012	0,5921489012
RCA de 01 de agosto de 2016	JSCP 2016	28.599	0,1663619001	0,1829980901	0,1829980901
RCA de 01 de setembro de 2016	Dividendos Intermediários 2016	33.456	0,1946207839	0,2140828623	0,2140828623
RCA de 03 de outubro de 2016	JSCP 3T2016	14.299	0,0831809501	0,0914990451	0,0914990451
RCA de 15 de dezembro de 2016	JSCP 2016	14.299	0,0831809501	0,0914990451	0,0914990451
		<u><u>183.193</u></u>			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais "Classe B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	188.278	171.260
Incentivo fiscal SUDENE	(18.099)	(26.352)
Amortização do ágio incorporado	20.984	21.884
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(13.850)	(14.443)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(7.134)	(7.441)
Base de cálculo do dividendo (*)	170.179	144.908
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	<u>42.545</u>	<u>36.227</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Dividendos intermediários	54.285	33.456
Juros sobre capital próprio	55.364	57.198
Dividendos adicionais propostos	60.530	63.905
Total Bruto	170.179	154.559
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	<u>(566)</u>	<u>(588)</u>

(*) Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram calculados levando-se em consideração o resultado do referido exercício, antes de qualquer reapresentação.

(**) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2017	2016
Saldos iniciais	15.672	1.331
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	173.850	183.195
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(566)	(588)
Pagos no exercício	(187.224)	(168.266)
Prescritos	(238)	-
Saldos finais	1.494	15.672

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

19. Receita líquida

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

		2017	2016
Fornecimento de energia	(a)	1.516.922	1.443.430
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	53.671	50.431
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.120.245	1.072.790
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	107.341	(63.690)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		290.397	227.495
Outras receitas	(e)	88.007	56.981
Total receita bruta		3.176.583	2.787.437
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(1.016.552)	(993.233)
Total receita operacional líquida		2.160.031	1.794.204

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Consumidores:				
Residencial	2.113.774	2.082.288	1.144.744	1.077.822
Industrial	376.709	475.230	179.990	207.784
Comercial	980.767	1.030.831	585.441	575.106
Rural	447.368	434.801	148.993	140.587
Poder público	291.515	293.484	161.477	154.682
Iluminação pública	194.091	187.297	63.004	56.422
Serviço público	240.911	240.365	105.629	98.478
Consumo próprio	4.908	5.135	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	3.857	(3.996)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1) -	-	(1.040.312)	(1.007.092)
	4.650.043	4.749.431	1.352.823	1.299.793
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	164.099	143.637
Total	4.650.043	4.749.431	1.516.922	1.443.430

(*) Informações não auditadas.

- (1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2017	2016
Receita de uso - consumidor livre	79.933	65.698
Receita de uso - consumidor cativo	(*) 1.040.312	1.007.092
	1.120.245	1.072.790

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	2017	2016
CVA		
Energia	213.608	(72.191)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(44.319)	10.067
TUST	11.427	-
Neutralidade dos encargos setoriais	11.624	(7.162)
Sobrecontratação	-	22.715
Outras CVA's	(32.086)	(14.212)
Outros itens financeiros		
Energia eletrônica	(20)	(948)
Exposição financeira	82	(4.466)
Reversão RTE	(2.267)	-
Sobrecontratação	(13.605)	-
Risco hidrológico	(37.493)	-
Outros itens financeiros	390	2.507
Total	107.341	(63.690)

(e) Outras receitas

	2017	2016
Renda da prestação de serviços	1.066	716
Arrendamentos e aluguéis	16.780	14.395
Serviço taxado	3.343	3.269
Taxa de iluminação pública	1.807	3.413
Valor de reposição estimado da concessão (*)	58.128	27.375
Comissão serviços de terceiros	5.125	6.303
Outras receitas	1.758	1.510
	88.007	56.981

(*) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(f) Deduções da receita bruta

	2017	2016
Impostos e contribuições		
ICMS	(533.112)	(514.910)
PIS	(47.233)	(47.322)
COFINS	(224.986)	(215.910)
ISS	(1.157)	(1.018)
Encargos setoriais		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(5)	(5)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	(153.828)	(173.580)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(9.058)	(8.770)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(3.623)	(3.508)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(1.812)	(1.754)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.623)	(3.508)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(12.542)	(14.493)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(23.251)	(6.296)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica – TFSEE	(2.322)	(2.159)
Total	(1.016.552)	(993.233)

(*) Vide nota 14 (a).

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

20. Custos e despesas operacionais do serviço

20.1. Custos de energia elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	3.099.905	3.214.508	(496.429)	(485.788)
Contratos bilaterais	762.120	764.208	(153.566)	(146.618)
Contratos por cotas de garantia física	1.438.079	1.536.163	(60.515)	(87.524)
Cotas das usinas Angra I e Angra II	180.749	181.244	(40.950)	(36.437)
Mercado de curto prazo	-	6.551	(25.863)	24.543
PROINFA	114.684	116.298	(23.097)	(23.351)
Ressarcimento de energia	-	-	16.311	2.797
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	104.796	96.139
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	-	(12.985)
Custos variáveis do MCP	-	-	(459.709)	(207.430)
	5.595.537	5.818.972	(1.139.022)	(876.654)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(109.936)	(55.107)
Encargos de conexão			(13.155)	(12.670)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			(19.379)	(39.162)
Encargos de Energia de Reserva - EER			44.407	(30)
(-) Créditos de PIS e COFINS			9.608	6.132
			(88.455)	(100.837)
			(1.227.477)	(977.491)

(*) Informações não auditadas.

20.2. Custos de operação e despesas operacionais

Custos / Despesas	Ref	2017			2016	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras receitas/despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(74.571)	(22.801)	(37.057)	(134.429)	(109.919)
Administradores		-	-	(4.489)	(4.489)	(3.598)
Benefício pós-emprego		-	-	9.960	9.960	103
Material		(5.777)	(159)	(1.605)	(7.541)	(6.152)
Serviços de terceiros		(60.959)	(28.102)	(33.713)	(122.774)	(125.867)
Amortização	(b)	(64.162)	-	(10.065)	(74.227)	(63.486)
Arrendamentos e aluguéis		(15)	(13)	(944)	(972)	(1.113)
Tributos		(122)	(46)	(829)	(997)	(901)
Provisões líquidas - PCLD		-	7.997	-	7.997	(5.883)
Perdas contas a receber		-	(8.709)	-	(8.709)	(5.916)
Provisões líquidas - Contingências		-	-	(2.393)	(2.393)	(9.482)
Outras receitas e despesas	(c)	(28.264)	(2.214)	20.071	(10.407)	(3.565)
Total custos / despesas		(233.870)	(54.047)	(61.064)	(348.981)	(334.779)

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2017	2016
		(Reclassificado)
Remunerações	(63.336)	(52.217)
Encargos sociais	(24.744)	(23.064)
Auxílio alimentação	(9.618)	(6.986)
Previdência privada e outros benefícios	(7.983)	(8.871)
Rescisões	(2.737)	(3.797)
Férias e 13º salário	(14.664)	(8.983)
Plano de saúde	(5.258)	(4.215)
Participação nos lucros e resultados	(16.652)	(10.923)
Encerramento de ordem em curso	(32)	-
(-) Transferências para ordens	12.727	11.380
Outros	(2.132)	(1.243)
	(134.429)	(108.919)

(b) Amortização

	2017	2016
Quota de amortização no exercício	(75.091)	(64.359)
(-) Crédito PIS/COFINS	864	873
	(74.227)	(63.486)

(c) Outros receitas e despesas

	2017	2016
		(Reclassificado)
Seguros	(801)	(656)
Doações e contribuições	(665)	(1.447)
Órgãos de classe do setor elétrico	(1.103)	(1.188)
Despesas de viagem	(1.801)	(1.828)
Propaganda e publicidade	(596)	(966)
Alimentação	(2.750)	(2.253)
Multa contratual do consumidor	20.439	20.892
Multas regulatórias	(3.433)	(3.562)
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(15.745)	(9.548)
Indenização danos elétricos	(1.268)	(820)
Outros	(2.684)	(2.189)
Total	(10.407)	(3.565)

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

21. Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	18.409	31.914
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	28.519	17.582
Variações monetárias e cambiais – Dívida	107.303	293.179
Variações monetárias e cambiais – Outras	6.112	5.321
Instrumentos financeiros derivativos	64.109	75.861
Atualização depósitos judiciais	420	833
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(2.717)	(3.783)
Outras receitas financeiras	2.004	1.143
	224.159	422.050
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(52.996)	(51.000)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(120.921)	(181.720)
Variações monetárias e cambiais – Outras	(3.358)	(5.028)
Instrumentos financeiros derivativos	(91.254)	(231.263)
Atualização do passivo financeiro setorial	(4.574)	(3.506)
Atualização contingências	(3.789)	(6.316)
Outras despesas financeiras	(10.308)	(6.065)
	(287.200)	(484.898)
Resultado financeiro líquido	(63.041)	(62.848)

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

22. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		
	Notas	2017	2016	2017	2016	Vencimento
COLIGADAS						
<u>Compra de energia elétrica</u>						
	(a)					
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.		(257)	(241)	(1.960)	(1.855)	2039
Goiás Sul Geração de Energia		-	(149)	-	(1.143)	2039
Rio PCH I S.A.		-	(149)	-	(1.146)	2038
Energética Águas da Pedra		(896)	(843)	(6.845)	(6.478)	2040
Norte Energia S.A.		(3.607)	-	(29.368)	-	2044
Cia Hidrelétrica Teles Pires		(620)	(672)	(5.168)	(5.858)	2044
Belo Monte Participação S.A.		-	(1.852)	-	(7.325)	2044
Calango 6 Energia Renovável S.A.		-	(11)	(248)	-	2036
Santana 1		-	-	(228)	-	2036
Santana 2		-	-	(172)	-	2036
		(5.380)	(3.917)	(43.989)	(23.805)	
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)</u>						
	(b)					
SE Narandiba S.A.		(295)	(386)	(3.206)	(3.254)	2027
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.		(10)	(4)	(93)	(56)	2027
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.		(5)	-	(28)	(10)	2027
		(310)	(390)	(3.327)	(3.320)	
<u>Conexão do Sistema de Distribuição (CUSD)</u>						
	(c)					
Mel 2 Energia Renovável S.A.		-	47	538	545	2046
Arizona 1 Energia Renovável S.A.		-	65	804	751	2046
		-	112	1.342	1.296	
<u>Serviços administrativos</u>						
	(d)					
Amara Brasil		(11)	(131)	(1.695)	(1.540)	2018
	(g)					
FASERN		13.144	10.851	(4.684)	(3.985)	Indeterminado
Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil		37	-	881	-	
		13.170	10.720	(5.498)	(5.525)	
CONTROLADORES						
<u>Dividendos e JSCP</u>						
	(h)					
Neoenergia S.A.		-	(13.078)	-	-	-
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil		-	(222)	-	-	-
Outros Minoritários		(1.494)	(2.372)	-	-	-
		(1.494)	(15.672)	-	-	
<u>Serviços administrativos</u>						
	(f)					
Neoenergia S.A.		4.705	(24)	(1.860)	(258)	2018
Banco do Brasil		-	-	(1.246)	-	
		4.705	(24)	(3.106)	(258)	
<u>Empréstimos e aplicação financeira</u>						
	(e)					
BB - Banco Investimento S/A		76.275	896	-	(15.106)	2021
		76.275	896	-	(15.106)	
				-		
Total		86.966	(8.275)	(54.578)	(46.718)	
Circulante		(17.683)	57.864			
Não circulante		104.649	(66.139)			

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica, no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Conexão do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

(e) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28).

(f) Contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM e contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por aval.

(g) Contribuições da Companhia para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, calculados sobre as remunerações mensais junto a FASERN.

(h) Dividendos e juros sobre capital próprios distribuídos e pendentes de pagamento.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

22.1. Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 4.489 (R\$ 3.598 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, conforme detalhamento abaixo:

	2017	2016
Remuneração recorrente	2.031	1.705
Benefícios de curto prazo	1.781	655
Benefícios de longo prazo	601	304
Rescisões contratuais	76	934
Total	4.489	3.598

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 14 de março de 2017, aprovou o montante de até R\$ 4.002 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Neste período, o montante pago foi de R\$ 3.372 (R\$ 3.630 até dezembro de 2016), conforme detalhamento abaixo:

	2017	2016
Remuneração recorrente	2.153	1.775
Benefícios de curto prazo	888	655
Benefícios de longo prazo	255	267
Rescisões contratuais	76	933
Total	3.372	3.630

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

23. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na política de riscos financeiros e na política de risco de crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos nem alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2017, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas em moeda e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam preferencialmente alocadas em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 334.099, sendo R\$ 333.081 em fundos exclusivos e R\$ 1.018 em outros ativos.

Adicionalmente, a Cosern negociou a contratação de um *stand-by credit facility* de R\$ 50 milhões, em janeiro de 2017, e de R\$ 50 milhões, em dezembro de 2017, junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa Contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	814.927	923.557	404.882	184.504	201.897	69.257	37.907	25.110
Debêntures	695.908	957.596	139.425	36.792	40.406	263.470	387.783	89.720
Fornecedores	260.015	260.015	242.471	-	-	-	-	17.544
Passivos financeiros derivativos:								
Swap cambial	(80.398)	(86.200)	(88.498)	17.135	(14.837)	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's* ou *S&P* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2017.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional¹	<i>Moody's</i>	<i>S&P</i>
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	AA-

⁽¹⁾ Bank of America, HSBC, JP Morgan e Sumitomo possuem *ratings* apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2017	2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	2.466	189.463
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	348.047	9.872
Contas a receber de clientes e outros	620.590	586.757
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	32.732	-
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	-	14.073
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	821.864	624.881

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratadas teve custo inicial associado.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Ativo	\$ 85.184	\$ 24.545	03/12/2018	(282.675)	275.160	(7.514)
Passivo	R\$ 196.486	R\$ 79.995		196.486	(197.478)	(992)
Risco de crédito				260	(36)	(296)
Líquido				(85.929)	77.646	(8.802)

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Ativo	\$ 58.140	\$ 1.646	01/12/2017	(197.831)	25.499	44.019
Passivo	R\$ 202.891	R\$ 5.366		203.555	(20.238)	(44.146)
Risco de crédito				(193)	(44)	(5)
Líquido				5.531	5.217	(132)

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência 2016</u>	<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo 2016</u>
Ativo	\$ 944	06/03/2017	65.621
Passivo	R\$ 3.075		(62.697)
Risco de crédito			(5)
Líquido			2.919

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

(ii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

<u>Swap IPCA vs CDI</u>	<u>Valor de referência 2016</u>	<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo 2016</u>
Ativo	\$ 208	11/09/2017	63.213
Passivo	R\$ 677		(62.591)
Risco de crédito			(1)
Líquido			621

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

<u>Swap IPCA vs CDI</u>	<u>Valor de referência 2016</u>	<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo 2016</u>
Ativo	\$ -2.309	11/09/2017	44.077
Passivo	-R\$ 7.525		(50.755)
Risco de crédito			(61)
Líquido			<u>(6.739)</u>

<u>Swap IPCA vs CDI</u>	<u>Valor de referência 2016</u>	<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo 2016</u>
Ativo	\$ -2.502	11/09/2017	43.440
Passivo	-R\$ 8.154		(50.756)
Risco de crédito			(87)
Líquido			<u>(7.403)</u>

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

(i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar		(480.506)	(120.126)	(240.253)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar	3,3080	480.506	120.126	240.253

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	336.555	5.443	4.106	2.754
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(406.108)	(7.908)	(1.908)	(3.789)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,9%	(400.108)	(7.445)	(1.799)	(3.574)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,8%	(375.684)	(6.308)	(416)	(833)
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,7%	(282.675)	(1.882)	(299)	(598)
Swaps LIBOR 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,7%	282.675	1.882	299	598
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,9%	(57.049)	(1.260)	(234)	(465)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(148.300)	(3.404)	(4.053)	(4.701)

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

g) Estimativa a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

		Nível (*)	2017		2016	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis			922.410	32.732	510.026	-
Caixa e equivalentes de caixa			348.047	-	9.872	-
Contas a receber de clientes e outros			541.631	-	500.154	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		3	32.732	32.732	-	-
Mantidos até o vencimento			-	-	14.073	14.073
Títulos e valores mobiliários		2	-	-	14.073	14.073
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado						
			97.055	97.055	277.394	277.394
Títulos e valores mobiliários (**)		2	2.466	2.466	189.463	189.463
Swap de taxa de juros		2	94.589	94.589	87.931	87.931
Disponível para venda			821.864	821.864	624.881	624.881
Concessão do serviço público - (ativo financeiro)		3	821.864	821.864	624.881	624.881
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado			1.290.698	1.281.229	784.480	784.480
Fornecedores		2	260.015	260.015	210.290	210.290
Empréstimos e financiamentos		2	334.775	335.089	400.754	400.754
Debêntures		2	695.908	686.125	103.401	103.401
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros		3	-	-	70.035	70.035
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado						
			494.343	494.343	532.322	532.322
Empréstimos e financiamentos		2	480.152	480.152	516.652	516.652
Swap de taxa de juros		2	14.191	14.191	15.670	15.670

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

(**) A partir de setembro de 2017, a estratégia adotada pela Companhia foi aplicar seus recursos financeiros em ativos e cotas de fundo aderentes a classificação contábil de caixa e equivalentes de caixa, ativos estes com liquidez diária e classificação de curto prazo, desta forma alterando a classificação contábil dos fundos de investimentos exclusivos de TVM para caixa e equivalentes de caixa. Atualmente existe uma pequena parcela classificada como TVM que contempla em sua grande maioria CDB (Certificados de Depósito Bancário) de instituições financeiras de primeira linha, com uma remuneração atrelada ao CDI e com prazo superior a 360 dias, sendo estes com finalidade de garantia de Leilão de Energia.

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas e que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*.

Para mensuração do valor justo das debêntures a Companhia se utilizou do valor a curva, pois como foi apresentada baixa negociação no mercado secundário para os ativos em questão, vale ressaltar que as debêntures que tiveram negociação no mercado secundário foram negociadas com valor muito próximo a curva.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>
De 2019 a 2030	945.146	1.050.255	1.112.856	1.198.115	1.319.477	13.142.685

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

2017, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

25. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 001, na modalidade Benefício Definido – BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, na modalidade Contribuição Definida – CD).

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

O Plano CD com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1999, com adesão de mais de 99% dos participantes ativos. O Plano de Contribuição Definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta *déficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano Misto de Benefícios Previdenciários também é escopo de cálculos atuariais.

O Plano BD (Benefício Definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde março/1999. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 7,68% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 5,45% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,42% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo do intangível em curso	(396)	(1.663)
Despesas operacionais	<u>(4.279)</u>	<u>(10.940)</u>
	<u>(4.675)</u>	<u>(12.603)</u>

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a Empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN em 31 de dezembro de 2017 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram:

	CD		BD	
	2017	2016	2017	2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,59%	11,83%	9,93%	11,83%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,55%	7,08%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,0687	0,15 / (tempo de serviço + 1)	N/A	N/A
Tábua da biométrica de mortalidade geral	AT-2000, segregada por sexo e suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 Basic, suavizada em 10% e ponderada em 40% masculina e 60% feminina	AT-2000, segregada por sexo e suavizada em 10%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	AT-83, suavizada em 10% e ponderada em 40% masculina e 60% feminina	%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	N/A	N/A
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	N/A	N/A	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2017 e 2016 foram:

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	CD		BD	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.703	1.349	85.866	81.289
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.636	1.288	79.293	75.245
% de impacto na obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	2,05%	2,37%	4,13%	4,01%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,95%	-2,26%	-3,84%	-3,73%
Impacto na <i>duration</i> média da obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,05	4,69	8,10	7,85
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,95	4,57	7,83	7,60

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	7.760	7.958	24.921	43.681	84.320
Benefícios de aposentadoria - CD	334	317	874	1.416	2.941

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	(1.177)	453
Benefícios de previdência - BD	2.965	11.257
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	11.143	927
	12.931	12.637
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	124	141
Benefícios de previdência - BD	1.120	380
	1.244	521
Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	(1.755)	148
Benefícios de previdência - BD	(9.413)	6.199
	(11.168)	6.347
Total de obrigações atuariais incluídas em resultado e resultado abrangente	(9.924)	6.868

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CD		BD	
	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente	(187)	(148)	-	-
Custo dos juros	70	38	1.120	380
Contribuições pagas pela patrocinadora	241	251	-	-
Total incluído no resultado	124	141	1.120	380

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2015	(1.057)	(68.257)
Custo do serviço corrente	(148)	(8.488)
Custo dos juros	(126)	-
Contribuições dos participantes do plano	(9)	-
Benefício pago pelo plano	-	8.375
Premissas financeiras	(72)	(7.004)
Experiência do plano	95	(2.785)
Em 31 de dezembro de 2016	(1.318)	(78.159)
Custo do serviço corrente	(187)	-
Custo dos juros	(142)	(8.766)
Contribuições dos participantes do plano	(6)	-
Benefício pago pelo plano	-	10.459
Premissas demográficas	535	(485)
Premissas financeiras	(26)	(4.959)
Experiência do plano	(524)	(549)
Em 31 de dezembro de 2017	(1.668)	(82.459)

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2015	1.222	110.817
Receita de juros sobre os ativos do plano	164	14.085
Contribuições do empregador	251	-
Contribuições de empregados	9	-
Benefícios pagos	-	(8.375)
Juros sobre valor justo	125	18.286
Em 31 de dezembro de 2016	1.771	134.813
Receita de juros sobre os ativos do plano	212	15.468
Contribuições do empregador	241	-
Contribuições de empregados	7	-
Benefícios pagos	-	(10.459)
Juros sobre valor justo	(1.740)	(19.636)
Em 31 de dezembro de 2017	491	120.186

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

Ativos Administrados pela FASERN						
	2017			2016		
	CD	BD	Total	CD	BD	Total
Renda fixa	387	113.806	114.193	1.410	127.499	128.909
Renda variável	104	5.660	5.764	361	6.489	6.850
Investimentos imobiliários	-	720	720	-	825	825
Total	491	120.186	120.677	1.771	134.813	136.584
Renda fixa	79%	94%	94%	80%	94%	94%
Renda variável	21%	5%	5%	20%	5%	5%
Investimentos imobiliários	0%	1%	1%	0%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida para 2018:

	Plano CD	Plano BD
Custo do serviço corrente	-	201
Custo dos juros	(295)	100
Custo total da obrigação	(295)	301

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 48.429 (R\$ 17.335 em 31 de dezembro de 2016).

26. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações	08/10/2017 a 08/10/2018	105.345	165
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2017 a 08/10/2018	47.748	75
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2017 a 08/10/2018	3.000	531
Veículos	08/10/2017 a 31/05/2018	Tabela FIPE	8
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2017 a 08/10/2018	57.427	90

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

27. Questões ambientais (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua política socioambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2017, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na COSERN:

- Compensação ambiental – Por conta da necessidade de supressão de vegetação para construções de novas redes de distribuição, construção de novas linhas de subtransmissão e subestações, no bioma caatinga ou, eventualmente mata atlântica, a COSERN amparada pela legislação ambiental estadual realiza a compensação ambiental florestal na forma do

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

pagamento do valor/árvore ao órgão ambiental para reposição florestal nas unidades de conservação.

- Comunicação com as partes interessadas – Folder informativo, contendo informações sobre o empreendimento, aspectos e cuidados com a preservação e conservação do meio ambiente.

- Rede compacta - Utilização de cabos elétricos protegidos para evitar acidentes por contato com árvores, redução da necessidade de poda da arborização e melhoria do desempenho do sistema elétrico;

- Gerenciamento de resíduos – Através do Projeto Logisverde promove a reutilização de carretéis de madeira e do Projeto Poste Ecológico o reuso dos resíduos de concreto, ambos por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e recicla o óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

A distribuidora realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Recursos aplicados*	13.113	5.375	2.709	3.402

(*) Informação não auditada.